

Rogério Gesta Leal

**O DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
NA SOCIEDADE DE RISCOS:
ASPECTOS TÉORICOS E PRAGMÁTICOS
(ESTUDOS DE CASOS)**



2020

Copyright© 2020 Tirant Lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Renata Milan

Imagem da capa: Jean-Philippe Delberghe

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

L473 Leal, Rogerio Gesta

O direito penal e o processual penal na sociedade de riscos : aspectos teóricos e pragmáticos (estudos de casos).
– 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2020.

340 p.

ISBN: 978-65-8609-312-4

1.Direito penal. 2. Direito processual. I. Título.

CDU: 343.1

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art 184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empòrio do Direito Editorial Ltda.

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2909 - sala 44

Jardim Paulista, São Paulo - SP

CEP: 01401-002

www.tirant.com/br - editora@tirant.com.br

**tirant
lo blanch**

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	7
I - ASPECTOS TEÓRICOS DO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL NA SOCIEDADE DE RISCOS	15
1. ALGUNS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E POLÍTICOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENSEJADORAS DO DIREITO PENAL LIBERAL . . .	17
(a) Notas Introdutórias	17
(b) Algumas incursões históricas demarcadoras de nosso objeto de estudo	17
c) Déficits da razão (pós)moderna na constituição dos espaços públicos: aspectos desvelados da violência e dos conflitos sociais contemporâneos	31
(d) Algumas matrizes epistêmicas de formação do Direito Penal em face das relações de poder e sociais	35
(e) O Direito Penal como <i>ultima ratio</i> : qual?	42
(f) Possibilidades de sentidos à <i>ultima ratio</i> para o Direito Penal na Sociedade de Riscos: algumas conclusões	51
(g) Bibliografia	56
2. DIREITO PENAL, SOCIEDADE DE RISCOS E ESTADO DE EMERGÊNCIA NA DEMOCRACIA CONTEMPORANEA	63
(a) Notas Introdutórias	63
(b) Oscilações societais indutoras na formatação do Estado Democrático de Direito: limites e possibilidades de exceções	63
(d) Direito Penal e Sociedade de Riscos	75
(e) Bibliografia	78
3. A PERTINÊNCIA DO CONCEITO DE BEM JURÍDICO PENAL E SUA APLICAÇÃO EM FACE DO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORANEO E DA DOGMÁTICA DO DIREITO PENAL	81

(a) Notas Introdutórias	81
(b) Alguns marcos fundacionais do bem jurídico penal: do individual ao supra individual	81
(c) Bem jurídico penal e Constituição	114
(d) Considerações Finais	123
(d) Bibliografia	131
4. DÉFICITS DE CIVILIDADE E FUNÇÃO DO DIREITO PENAL NA SOCIEDADE DE RISCOS	139
(a) Notas Introdutórias	139
(b) O lugar funcional do Direito Penal: premissas iniciais	139
(c) Mas que Inimigo é este para o Direito Penal funcionalista de Jakobs?	149
(d) Do plano normativo ao descritivo do Direito Penal na Sociedade de Riscos	165
(e) Considerações Finais	168
(f) Bibliografia	169
5. DIREITO PENAL E SEGURANÇA PÚBLICA: LIMITES FRONTEIRIÇOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO DA SOCIEDADE DE RISCOS	173
(a) Notas Introdutórias	173
(b) Direito penal e segurança pública: equações possíveis	174
(c) Considerações Finais	185
(d) Bibliografia	187
II - ASPECTOS PRAGMÁTICOS DO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL NA SOCIEDADE DE RISCOS	191
1. O ACESSO À INFORMAÇÃO NO PROCESSO PENAL ENQUANTO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO AMPLO DIREITO DE DEFESA: A SUTIL DISTINÇÃO ENTRE PROVAS DOCUMENTADAS E PROVAS DOCUMENTADAS ANALISADAS	193
(a) Notas Introdutórias	193

(a) Marcos normativos do Direito Fundamental à Informação	193
(c) Acesso à informação no Processo Penal enquanto condição de possibilidade do Devido Processo Legal e do Amplo Direito de Defesa	200
(d) A sutil distinção entre provas documentadas e provas documentadas analisadas no âmbito das investigações sigilosas e seu acesso à Defesa	206
(d) Bibliografia	208
 2. A RESPONSABILIDADE CRIMINAL DA PESSOA JURÍDICA POR DELITO AMBIENTAL	211
(a) Notas Introdutórias	211
(b) Fundamentos e perspectivas da responsabilidade penal da pessoa jurídica	212
(c) O meio ambiente como bem jurídico tutelado: aspectos constitucionais e infraconstitucionais	229
(d) A responsabilidade penal da pessoa jurídica por dano ambiental: o estudo de caso	232
(e) Considerações Finais	237
(f) Bibliografia	239
 3. O DIREITO FUNDAMENTAL A INTIMIDADE EM FACE DA PERSECUÇÃO CRIMINAL	243
(a) Notas Introdutórias	243
(b) É o Direito Fundamental Individual à intimidade e privacidade absoluto?	243
(c) O estudo de caso	247
(d) Bibliografia	252
 4. PERSPECTIVAS EXPANSIONISTAS DO DIREITO PENAL EM FACE DOS CRIMES VIRTUAIS NA SOCIEDADE DE RISCO	255
(a) Notas Introdutórias	255
(b) Da criminalidade física à virtual na Sociedade de Riscos	256
(c) Aspectos introdutórios do tratamento normativo da criminalidade virtual	268

(d) Considerações Finais	273
(e) Bibliografia	275
 5. CRIMINALIDADE GOVERNATIVA E CORRUPÇÃO COMO ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS PROPOSTAS JURÍDICAS DE ENFRENTAMENTO	279
(a) Notas Introdutórias	279
(b) A corrupção como fenômeno interpessoal e interinstitucional	279
(c) Criminalidade Governativa como fenômeno jurídico e político	289
(d) Marcos normativos e pragmáticos de enfrentamento da criminalidade governativa	292
(e) Considerações Finais	297
(f) Bibliografia	302
 6. DESVIO DE VERBA PÚBLICA PRATICADO POR VEREADORES COMO CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	305
(a) Notas Introdutórias	305
(b) Os Crimes contra a Administração Pública no Brasil contextos normativos	305
(c) O estudo de caso	310
(d) Bibliografia	315
 7. DIREITO PENAL E POLÍTICA: SIMBIOSES CONVULSIVAS	317
(a) Notas Introdutórias	317
(b) Algumas matrizes da relação entre política e direito penal	318
(c) Desafios da jurisdição penal: entre Júpiter, Hércules e Hermes	330
(d) Direito Penal e Política: simbioses convulsivas – algumas conclusões	332
(e) Bibliografia	337